SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/10/2015 - Sinttel-ES

Justiça obriga Telemont/Oi a pagar salários da Convenção Coletiva

Depois de mais de dois meses, após a última reunião de negociação com a Telemont/Oi, a Justiça do Trabalho finalmente decidiu, em uma liminar, o pedido do Sinttel/ES, para que a empresa pague os salários e benefícios aos/às trabalhadores/as de acordo com o que está estabelecido na Convenção Coletiva das Prestadoras de Serviço.

A negociação do Acordo Coletivo deste ano entre a Telemont/Oi e o Sinttel-ES não evoluiu. A empresa não aceitava pagar os pisos salariais garantidos pela Convenção das Prestadoras de Serviço, mas também não oferecia nenhuma vantagem, o que fez a categoria rejeitar sua proposta de reajuste nos salários e benefícios, muito abaixo dos pisos pagos por prestadoras do setor de telecomunicações.

A Telemont/Oi nunca quis fazer parte da Convenção, porque alegava impossibilidade de arcar com os pisos salariais nela estabelecidos, não a reconhecia-a como instrumento legal, assim como o Sinstal, representante das empresas para negociar em nome dela. A empresa insistia nos acordos individuais por estado, uma incoerência, pois presta serviços para a Operadora Oi em quase todo o país.

A decisão judicial não é definitiva, já que é uma liminar e cabe recurso, mas é o início de uma batalha judicial contra a precarização dos salários e das condições de trabalho de centenas de trabalhadores/as. O Sinttel-ES não abre mão de fazer valer a Convenção Coletiva , que é abrangente e pratica pisos salariais dignos para a categoria.

Assim como o Sinttel, o juízo da 8ª Vara do Trabalho de Vitória também pensa da mesma forma e decidiu:

"A Convenção Coletiva é regular e válida, eis que devidamente depositada junto à SRTE (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do ES) e obrigatoriamente deve ser observado o ajuste coletivo mais benéfico, na hipótese da existência ou não de um Acordo Coletivo.

Assim, analisando as situações do caso, entendo presentes os requisitos do art. 273 do CPC e determino que a 1ª Ré (Telemont/Oi) respeite a cláusula 71 da Convenção Coletiva 2015/2016 entabulada pela entidades sindicais, SINTTEL/ES, FENATTEL e SINSTAL e, mantenha as condições mais benéficas atualmente existentes e aplicadas no Estado, até que seja negociado o Acordo Coletivo.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Intime-se a Telemont/Oi para que proceda o pagamento dos reajustes salariais da Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016 com reflexos nas férias, abono(s), FGTS, 13º salário, adicional de periculosidade, adicional de horas extras, aviso prévio e eventual multa rescisória aos trabalhadores e também àqueles admitidos após à data-base, bem como os demais direitos mais benéficos nela previstos, sob pena de multa global de R$ 100.000,00 (cem mil reais) por mês em que o descumprimento se repetir e que reverterá em benefício do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Considerando que a folha de outubro já deve estar fechada, tal obrigação deve ser cumprida a partir de 01/11/2015 relativo aos vencimentos que serão pagos até o 5º dia útil do mês de Dezembro."

Essa é a primeira vitória de uma longa batalha que pode chegar ao TST (Tribunal Superior do Trabalho) em Brasília. Porém, é uma importante vitória porque indica que o Sinttel-Es está no caminho certo para defender os direitos dos/as trabalhadores/as. Sabemos que não dá para comemorar, pois essa decisão da Justiça pode ser derrubada, se a Telemont/Oi recorrer ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT/ES) e ganhar o recurso. É público que a Telemont doou muito dinheiro (R$ 11,9 milhões) na última campanha eleitoral e pode agora cobrar "esse favor" de deputados e senadores que ela ajudou a eleger para fazer pressão contra a decisão judicial.

A luta continua companheiros/as!

Minicom deve abrir consulta pública em breve com perguntas sobre o futuro das concessões

O Ministério das Comunicações deve colocar em consulta pública em breve perguntas sobre o futuro das concessões da telefonia fixa e a revisão da regulamentação. Segundo a diretora do Departamento de Serviços e de Universalização das Telecomunicações do Minicom, Miriam Wimmer, que participou nesta terça-feira, 20, de audiência pública na Câmara, as manifestações servirão para abastecer o grupo de trabalho criado em setembro para propor alternativas à concessão.

Segundo Miriam, já existe um documento pronto que precisa apenas de revisão dos detalhes para que seja colocado em consulta pública. A ideia é usar a plataforma "Participação", já utilizada nos debates sobre o Marco Civil da Internet.

As perguntas devem abordar a variedade de desenhos institucionais que podem ser adotados, regime misto, regime único, além do público e privado. Mas também avançará por outros temas, como separação estrutural ou funcional e serviços over the top. "O objetivo, no entanto, é colocar a banda larga no centro das políticas públicas", disse.

A diretora do Minicom disse que esse grupo de trabalho, formado por representantes do Minicom e da Anatel, também deve endereçar a questão dos bens reversíveis. Miriam afirmou ainda que, depois de aberta a consulta pública, o grupo começará a agendar debates com entidades do setor.

O diretor do SindiTelebrasil, Francisco Monteiro Filho, reafirmou na audiência pública do PL 6789/13, que pretende promover mudanças no marco legal das telecomunicações, a posição das teles sobre futuro das concessões, de ser transformada em autorização, mas com controle das obrigações. Ele ressaltou que a questão dos bens reversíveis deve ser resolvida também para evitar prejuízos aos investimentos. "Mesmo em cenário de retração da economia, as operadoras mantiveram os investimentos no País", ressaltou.

Monteiro disse que, paras as operadoras, prédios, terrenos e imóveis não são indispensável para prestação do serviço, portanto não são bens reversíveis. Se fosse assim, avalia, Sercomtel e Algar teriam que devolver bens desse tipo ao final da concessão, sendo que esses nunca foram públicos.

Para o gerente de Controle de Obrigações de Universalização e Ampliação do Acesso da Anatel, Ronaldo Moura Filho, a visão patrimonialista está presente na regulamentação dos bens reversíveis, mas outros pontos de vistas também estão presentes na agência. Ele disse, entretanto, que bens reversíveis não são dogma religioso, outros mecanismos poderiam garantir a continuidade do serviço, sem impactar nos investimentos.

O representante do Instituto Telecom, Marcello Miranda, por sua vez, defende a banda larga prestada também em regime público, já que foi colocada como essencial no Marco Civil da Internet. Além disso, acredita que a telefonia fixa nem foi totalmente universalizada. "O preço alto da tarifa impede o acesso ao serviço por muitos brasileiros", disse.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/10/2015 - Sinttel-ES

Sinttel pede a deputados do ES que retirem assinatura em recurso do PL 2.673

O Sinttel-ES, por meio do seu presidente, Nilson Hoffmann, e da diretora Jurídica, Rita Dalmásio, estiveram na última sexta-feira, dia 16, no gabinete do deputado federal Carlos Manato (Solidariedade/ES – foto) para pedir a ele que retire sua assinatura num recurso que impede o Projeto de Lei nº 2.673, de 2007, que regulamenta a profissão de Teleatendente, de seguir direto para apreciação do Senado, sem passar pela discussão e votação na Câmara dos Deputados.

Esse Projeto de Lei, de autoria do deputado Jorge Bittar (PT/RJ), tramita desde 2007. E foi depois de um grande trabalho de convencimento dos parlamentares federais, feito pela diretoria da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fenattel) com a coleta de milhares de assinaturas da sociedade pedindo a regulamentação da profissão de teleatendente, que o PL foi aprovado em três comissões da Câmara dos Deputados, em caráter terminativo. Isso significava que sua tramitação deveria seguir para o Senado. Mas não foi, devido ao recurso apresentado e assinado por 56 parlamentares, provavelmente um *lobby patronal ou antissindical, pedindo que o PL fosse discutido no plenário.

Aqui no ES, o recurso tem a assinatura de dois deputados federais, Carlos Manato ((Solidariedade/ES) e Marcos Vicente (PP/ES), com o qual, o Sinttel não obteve ainda nenhuma resposta, apesar dos telefonemas e e-mails enviados.

No encontro com o deputado Manato, que durou menos de 10 minutos, o parlamentar foi direto e rápido na resposta: "Se o meu líder pedir para retirar, eu retiro na hora". Ele se referia ao deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, líder do seu partido, o Solidariedade. Paulinho foi presidente da Força Sindical, uma Central Sindical que deveria defender os trabalhadores, mas representa os empresários. A Força Sindical foi criada no governo do ex-presidente FHC para fazer oposição à CUT.

Para reverter o tal recurso

Diante da manobra do deputado Artur Maia (Solidariedade/BA) que, provavelmente, atende a interesses dos patrões, na última reunião da diretoria da Fenattel, no dia 06/10, foi desencadeada uma ação para procurar e convencer cerca de 40 deputados federais a retirarem suas assinaturas, nesse recurso, que atrasa ainda mais a aprovação definitiva do PL 2.673. Esses deputados são parlamentares dos estados onde também estão os Sindicatos de Trabalhadores em Telecomunicações, filiados à Fenattel.

"A reunião com o deputado Manato foi, digamos, ligeira. Ele foi bem enfático ao afirmar que retirar a assinatura não era problema, desde que isso fosse uma decisão do líder do seu partido. E foi isso que nós repassamos à diretoria da Fenattel, disse Nilson Hoffmann. Agora é só esperar que os companheiros de São Paulo tenham sucesso ao conversar com o deputado Paulinho da Força.

Veja o recurso contra a tramitação direta do PL nº 2.673

Conheça o PL nº 2.673, que torna em profissão o trabalho do Teleatendente de Telemarketing

* O que significa lobby?

1. (política) atividade de pressão de um grupo organizado (de interesse, de propaganda etc.) sobre políticos e poderes públicos, que visa exercer sobre estes qualquer influência ao seu alcance, mas sem buscar o controle formal do governo.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/10/2015 - Vermelho

Sonegação: o realismo mágico das finanças globais

Entre 1960 e 1970, cerca de 24 bilhões de dólares desapareceram da economia brasileira, entre 2000-2009, essa cifra disparou a 500 bilhões.

O congresso anual da Coalizão pela Transparência Financeira (FTC, em sua sigla em inglês), que se encerrará nesta quarta-feira, em Jacarta, é um abecedário do realismo mágico das finanças globais. Neste mundo paralelo, as empresas não tem diretores, nem empregados, nem seres humanos, e um mero edifício nas Ilhas Cayman é a sede de 18 mil multinacionais. "Estamos falando de bilhões e bilhões dólares anuais subtraídos da economia global. São fundos que poderiam ser destinados ao investimento social ou para infraestrutura, ambos aspectos fundamentais para os países em desenvolvimento", indicou Porter McConnell, diretora da FTC, em entrevista para a Carta Maior.

Essa avaliação se mostra claramente num informe sobre o Brasil e outras quatro "economias em desenvolvimento" da Global Financial Integrity (GFI), uma das 150 organizações que formam a FTC e que tem membros em 40 nações. Segundo a GFI, entre 1960 e 2012, o Brasil perdeu cerca de um trilhão de dólares entre esquemas de evasão fiscal e fuga de capitais, um montante equivalente à metade do Produto Interno Bruto anual e quatro vezes maior que as exportações do país.

O mais interessante é perceber como essa quantia foi se duplicando a cada década. Entre 1960 e 1970, cerca de 24 bilhões de dólares desapareceram da economia nacional, entre 2000-2009, essa cifra disparou a 500 bilhões – a medição considera valores constantes do dólar.

Esse crescimento constante da sonegação fiscal e da fuga de capitais mostra de uma economia cada vez mais estruturalmente condicionada em sua dinâmica e funcionamento pelas sombras que floresceram junto com o surgimento de muitos novos paraísos fiscais e a liberalização financeira mundial, observada a partir dos Anos 80. Prova de que as políticas progressistas em matéria econômica e social não estão sendo suficientes: a cifra seguiu aumentando entre 2010 e 2012. "O impacto foi sentido em toda a economia, tanto nos tempos de bonança como nos de dificuldades. Um dos problemas é que o investimento estimulado por um desenvolvimento positivo da economia formal do Brasil acaba se retraindo devido ao crescimento dessa economia subterrânea", indicou Dev Kar, economista-chefe da GFI e coautor do informe, em entrevista à Carta Maior.

Nesse quadro de massiva evasão fiscal, as multinacionais exercem um papel central. Segundo o informe da GFI, a subfaturação e outros artifícios "financeiros" tiraram do circuito formal econômico do Brasil cerca de 80 bilhões de dólares só em 2012, equivalentes a aproximadamente 4% do PIB. "É um dos mecanismos mais usados na fuga de capitais ilícita", relata Dev Kar.

O G20 e a OCDE

Mas o problema é internacional. O plano para eliminar a evasão fiscal das multinacionais, apresentado pela OCDE neste mês de outubro, em trabalho realizado em conjunto com o G20, apenas resvala em alguns aspectos da questão. Segundo o diretor da OCDE, o mexicano Angel Gurría, a implementação do plano possibilitará a recuperação de cerca de 250 bilhões de dólares em impostos a nível global.

Entretanto, a visão dos participantes do congresso anual da FTC, em Jacarta, é bem diferente. "É um plano cheio de falhas. É bom que estejamos conversando sobre o assunto, mas a realidade é que não foi falado nada ainda sobre os problemas mais graves relacionados a ele", disse Porter McConnell à Carta Maior.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/271731-2

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/10/2015 - Vermelho

Tarifas bancárias cobradas de clientes pagariam toda folha salarial

As tarifas bancárias cobradas pelos oito maiores bancos do país nos últimos três anos subiram 169%, percentual 8,6 vezes superior à inflação para o mesmo período, segundo apontou a associação de consumidores Proteste. Apesar disso, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) apresentou uma contraproposta aos bancários que nem chega a repor as perdas da inflação.

Nesta terça-feira (20), representantes dos bancários em greve e dos bancos voltam à mesa de negociações na tentativa de encontrar uma saída para o impasse e pôr fim à greve nacional da categoria, que já está no 15º dia. Esta é a primeira vez que grevistas e bancos se sentarão para negociar desde que a greve foi deflagrada, no dia 6 de outubro.

Em entrevista ao Portal Vermelho, o dirigente nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Augusto Vasconcelos, destacou que a greve é uma das mais fortes dos últimos anos.

"São mais de 12 mil agências paradas em todo o Brasil, só aqui na Bahia foram mais de mil agências que aderiram ao movimento, com uma tendência de crescimento da mobilização em razão da revoltante proposta apresentada pela Fenaban, que sequer repõe a inflação do período, além de não tratar dos demais itens da nossa pauta", enfatiza o sindicalista.

A greve iniciou após quase dois meses de intensas negociações, sem sucesso. Os bancos apresentaram uma proposta de reajuste de apenas 5,5%, quando a inflação do período foi de 9,88%.

A categoria reivindica reajuste salarial de 16%, além de Participação nos Lucros e Resultado (PLR), vale-alimentação e refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá. Além disso, a pauta dos bancários inclui investimentos em segurança, ampliação das contratações, fins das demissões, substituição dos terceirizados, combate ao assédio moral e o fim das metas abusivas.

Mesmo em meio à crise na economia brasileira, os bancos foram o setor que não deixou de crescer este ano. Enquanto a indústria e o comércio, por exemplo, registraram recuo no primeiro semestre, o lucro dos bancos bateu recordes. Somados, os ganhos dos quatro maiores bancos cresceram mais de 40% no primeiro semestre, na comparação com os primeiros seis meses de 2014.

"Não há crise para o setor financeiro. Os bancos lucraram R$ 36 bilhões somente no primeiro semestre", saliento Augusto. E completa: "Só com recursos arrecadados com tarifas cobradas de clientes, os bancos pagam toda a folha salarial e ainda sobra. De modo que eles podem atender a nossa pauta que visa melhorar as condições de trabalho e atendimento à população. É inadmissível que eles não apresentem uma proposta digna para os seus funcionários, penalizando a população".

Trabalhadores e população do mesmo lado da corda

Para o sindicalista bancário, os clientes também são vítimas da ganância dos bancos, que usa a grande mídia para jogar a população contra o movimento grevista.

"Os bancos estão entre os maiores patrocinadores da grande mídia brasileira. Não há um telejornal, revista semanal e jornal de grande circulação que não tenha patrocínio de um banco", lembra.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/271723-8

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/10/2015 - Rede Brasil Atual

Dilma diz a empresários que Brasil continua seguro para investimentos

Em visita à Suécia, presidenta lembrou que o intercâmbio daquele país com o Brasil cresceu 45% em dez anos e afirmou ser possível ampliar as parcerias

A presidenta Dilma Rousseff disse hoje (19) a um grupo de empresários brasileiros e suecos que o governo está trabalhando para retomar o equilíbrio fiscal, que o Brasil continua sendo uma "opção segura e atraente para investimentos" e destacou áreas com potencial de ampliação da parceria bilateral, como tecnologia e saúde.

"O Brasil continua a ser uma opção segura e atraente para investimentos. Somos um país que oferece grandes oportunidades e possui ambiente de negócios sofisticado e seguro. Somos uma grande democracia. Nossa economia tem fundamentos sólidos e estamos trabalhando de maneira decidida para fortalecer sua saúde fiscal, retomando o equilíbrio, reduzindo a inflação, consolidando a estabilidade macroeconômica, para aumentar a confiança e garantir a retomada do crescimento", disse a presidenta em discurso na abertura de um seminário empresarial em Estocolmo após reunir-se com o primeiro-ministro da Suécia, Stefan Löfven. Dilma está na Suécia em visita oficial para ampliar parcerias comerciais.

Aos empresários, a chefe de Estado brasileira lembrou que o intercâmbio entre Brasil e Suécia cresceu 45% em dez anos e disse que é possível ampliar as parcerias. "Nós temos de ampliar esses números, diversificando a pauta comercial. Existe um potencial para a participação de produtos manufaturados brasileiros e também para se aumentar a presença de produtos manufaturados suecos no nosso fluxo comercial", avaliou.

Segundo Dilma, a compra dos aviões-caças suecos Gripen, do Grupo Saab, pela Força Aérea Brasileira, reforça a aproximação entre as duas economias e pode servir de modelo para negócios em outras áreas. A negociação inclui a transferência de tecnologia para o Brasil e uma fábrica da Saab está sendo construída em São Paulo.

"Nós queremos aproveitar todo o potencial dessa parceria. Queremos inclusive reproduzi-la em outros setores em nossa relação econômica com o incentivo à inovação, à produção industrial e à capacitação de recursos humanos", disse. Dilma vai visitar a fábrica da Saab em Linköping.

A presidenta também destacou a eminência da apresentação de ofertas comerciais entre o Mercosul e a União Europeia – que após anos de negociação pode ocorrer em novembro – e disse que o acordo vai abrir os mercados sul-americanos para a Suécia.

"O Mercosul está preparado para apresentar sua oferta comercial à União Europeia e, a partir daí estabelecer um acordo comercial ambicioso e extremamente vantajoso para ambas as partes. Este acordo abre para a União Europeia e, em especial, para a Suécia todo o mercado da América do Sul. E, certamente, a partir daí funcionará como uma plataforma para o restante do continente".

Além da visita à fábrica da Saab, a agenda de Dilma na Suécia nesta segunda-feira inclui um almoço na Prefeitura de Estocolmo e visitas ao Instituto Real de Tecnologia e à sede da Ericson. Da Suécia, Dilma embarca para a Finlândia onde segue com a missão de ampliar parcerias comerciais.